



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: CORREIO URBANO A5 GERAL
Data: 04/09/2012

Acácia Mérci

acaciamerici@correiodesergipe.com

Dando continuidade à audiência que ocorreu no início do último mês de agosto que abordou sobre a precariedade na saúde da população carcerária no Estado de Sergipe, as Promotorias Especializadas em Saúde e de Execuções Criminais do **Ministério Público Estadual (MPE)**, reuniram-se na manhã de ontem, 03, com representantes das Secretarias de Estado da Saúde (SES) e da Justiça (Sejuc), e das Secretarias de Saúde dos municípios de Aracaju, Tobias Barreto, São Cristóvão, Nossa Senhora da Glória e Areia Branca para, juntos, delimitar providências imediatas com o intuito de minimizar a situação nas unidades prisionais. Muitas conversas e explanações, o Promotor Nilzir Soares Vieira Júnior determinou que a Sejuc e a SES apresentassem no

prazo de 30 dias um plano de atendimento para que seja aplicado no sistema prisional.

“Queremos somar. Há um plano criado em 2009 que não saiu do papel. A situação na saúde carcerária é grave e precisamos de ações concretas. Se realmente o Estado, junto com os municípios, se comprometerem, a saúde da população carcerária pode evoluir. O Estado tem esse prazo para discutir com os municípios e trazer ao MPE para formatar um Termo de Ajuste de Conduta que será aplicado imediatamente”, explica o promotor.

Atualmente em Sergipe existem 3 mil presos distribuídos em nove unidades carcerárias. O Complexo Penitenciário Manoel Carvalho Neto (Copecam), em São Cristóvão, é o maior do Estado e o com deficiência defasada na assistência médica.

Nilzir Soares aponta ainda que esse plano para desenvolver uma saúde carcerária confortável é de caráter emergencial. “Enquanto não existe uma

“

Nesse tempo, o MPE vai cobrar para ver o andamento”

Nilzir Soares |
Promotor de Justiça

política correta de âmbito nacional, vamos elaborar um planejamento emergencial para que se tenha resultados eficazes e paliativos. Não podemos postergar mais. Nesse tempo, o MPE vai cobrar para ver o andamento. É preciso garantir a assistência ao carcerário sem gerar mal estar à população porque o atendimento à saúde deve ser feito dentro da unidade prisional”, ressalta.

A gestora da Secretaria Estadual da Saúde (SES), Rosana Espiridião, destaca que